



MEIO AMBIENTE

Senador Wilder quer auditorias independentes em empresas poluidoras

MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Wilder assina documento do MPF com 10 Medidas Contra a Corrupção



CERRADO



Goiânia, QUINTA-FEIRA, 7 de abril de 2016

- www.wildermorais.com.br
- facebook.com/wildermorais
- instagram.com/wildermorais
- twitter.com/wildermorais

MAIRIPOTABA

Navegar é preciso para o Rio dos Bois não morrer





PRESERVAÇÃO

A luta por vida longa ao Rio dos Bois

SINÉSIO DIOLIVEIRA

Água é o principal alimento para o ser humano, sem ela, não há como se falar em vida no planeta. Conscientes dessa importância vital da água, algumas dezenas de moradores de Mairipotaba, cidade a 71 quilômetros de Goiânia, resolveram promover reuniões para discutir ações de proteção ambiental voltadas ao Rio dos Bois, que passa no município. O rio é essencial nas atividades econômicas desenvolvidas no município, principalmente na área de pecuária leiteira, haja vista que é nele que os animais bebem água.

Essas reuniões constantes acabaram frutificando, e delas surgiu, então, um evento, que é realizado anualmente, mais especificamente no mês de abril: *Canoagem Ecológica de Mairipotaba - Vida Longa ao Rio dos Bois*, cuja primeira edição aconteceu em 2012. As atividades do evento envolvem retirada de lixo na superfície do rio, plantio de árvores nativas e soltura de várias espécies como piaçu, caranha, piaus-três-pintas, surubim e piracanjuba.

Segundo Gildo Pereira Andrade, um dos idealizadores do evento e que esteve presente nas cinco edições, “a cada ano, a gente tem percebido maior envolvimento das pessoas na preservação do Rio dos Bois”. Ele também destaca que esse envolvimento tem abrangido também pessoas de outros municípios, como de Cromínia, Edealina, Cezarina. “Isso para nós é muito gratificante, pois indica que a canoagem está atingindo o seu objetivo”, diz ele, cuja família é proprietária de uma fazenda às margens do rio e nela explora a comercialização de leite.



Canoagem para chamar atenção para a preservação do Rio dos Bois

Soltura de peixes ao longo de 25km

Na quinta etapa da canoagem, no último domingo, 4, a ordem das ações foi alterada. A partir desta edição, a soltura de peixes, além de não ser mais realizada no dia específico da canoagem, passará a ser feita em mais de uma etapa. Fato que dependerá da quantidade de alevinos conseguidos. “A soltura dos peixes no mesmo dia do evento estava gerando morte de milhares deles, devido ao estresse a que eram submetidos com as dezenas de canoas ligadas”, observa Andrade, ressaltando que “os 80 mil alevinos obtidos com doações serão soltos em quatro datas diferentes” e que “na soltura a participação não envolverá um grande número de pessoas”.

Segundo ele, a Prefeitura de Mairipotaba e a Câmara Municipal vão enviar representantes para acompanhar a soltura em pontos diferentes nos 25 quilômetros abrangidos pelo percurso. O apoio vem também do Corpo de Bom-

beiros e da Polícia Militar Florestal. E cabe a esta a apreensão das redes e espinhéis colocados no rio e até promover prisão de pessoas que porventura forem flagradas cometendo crime ambiental.

A mulher de Andrade, Madalena Pereira, é uma defensora do Rio dos Bois. Inclusive é na delesque as reuniões para realização da canoagem acontecem. Na verdade, até o casal de filhos deles — Alana e Diego — também vestiram a camisa. Madalena se diz orgulhosa por os filhos participarem de ações em defesa do Rio dos Bois, pois, segundo ela, o rio foi (e é) “importante no sustento de minha família, fornecendo água para o gado leiteiro que criamos na fazenda”. Ela diz mais: “Assim como meus filhos, há outros de outras famílias participando dessas ações em prol da vida do Rio dos Bois”, e ainda salienta que “todos os municípios banhados pelo rio também abraçar a causa”.



Gildo e Madalena com algumas das centenas de alevinos

MEIO AMBIENTE

Projeto do senador Wilder prevê auditorias independentes em empresas poluidoras

JOÃO CARVALHO

O senador Wilder Moraes apresentou projeto de lei no Senado que prevê a realização de auditorias ambientais compulsórias nos empreendimentos que desenvolvam atividades efetivas ou potencialmente poluidoras. O projeto estabelece regras claras para a realização das auditorias ambientais periódicas independentes, sem prejuízo de outras formalidades ambientais legalmente exigíveis.

De acordo com o projeto, a auditoria ambiental será realizada por equipe multidisciplinar habilitada, credenciada pelo órgão licenciador competente, não dependente direta ou indiretamente do responsável pelo empreendimento e serão de responsabilidade do empreendedor todas as despesas e custos referentes à realização da auditoria ambiental, sendo que o intervalo máximo entre auditorias ambientais periódicas será de dois anos, considerando-se o porte, a natureza e a complexidade das atividades auditadas bem como a importância e a urgência dos riscos ambientais detectados.

Se ficarem constatadas infrações ambientais, serão realizadas auditorias trimestrais sobre os aspectos a elas relacionados, até a correção das irregularidades, independentemente da aplica-



AGÊNCIA SENADO

Wilder quer auditorias ambientais a cada dois anos. Se constatadas infrações, trimestrais

ção das sanções pertinentes. A equipe de auditoria será responsável, conjuntamente com o empreendedor, pelos resultados apresentados.

Ainda de acordo com o projeto do senador Wilder, serão obrigatoriamente submetidos a auditorias ambientais periódicas empreendimentos como refinarias, oleodutos e terminais

de petróleo e seus derivados; instalações portuárias; instalações destinadas à estocagem de substâncias tóxicas e perigosas; instalações de processamento e de disposição final de resíduos tóxicos ou perigosos; unidades de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas e radioativas; instalações de tratamento e sistemas de disposição final de

esgotos domésticos; indústrias químicas, petroquímicas, metalúrgicas e siderúrgicas; indústrias de celulose e papel; estabelecimentos que produzam significativa quantidade de rejeitos hospitalares; e mineração.

"Muito se discute a burocracia no licenciamento ambiental e a incapacidade dos órgãos e entidades ambientais em fiscalizar o

cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças", explica o senador, para justificar seu projeto.

Segundo ele, tudo isso leva o Estado a exigir excesso de estudos e informações prévias, causando grande morosidade na implantação de projetos importantes para o Brasil.

"O sistema de regulação ambiental não pode ser empecilho para o desenvolvimento do País. Ao contrário, deve conciliar desenvolvimento econômico, bem-estar social e conservação ambiental, concretizando o que se denomina como desenvolvimento sustentável", defende o senador, para lembrar que não se pode conceber que o Brasil abdique de explorar suas riquezas naturais porque o Estado é incapaz de promover uma regulação que permita racionalidade e sustentabilidade nessa exploração.

O senador Wilder diz ainda que a adoção da auditoria ambiental compulsória poderá ajudar a resolver o problema da falta de fiscalização ou fiscalização ineficaz dos empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. É mais adequado, mais rápido e mais barato que o órgão ambiental analise os relatórios de auditoria preparados por especialistas do que verificar *in loco* os milhares de empreendimentos que devem ser acompanhados.

SEGURANÇA PÚBLICA

‘Entre o cidadão de bem e o bandido, nós todos estamos ao lado do cidadão de bem’, diz Marconi

"Entre o cidadão de bem e o bandido, nós todos estamos ao lado do cidadão de bem, protegendo o cidadão de bem. E pregando todas as nossas ações dentro da lei e da Constituição. Mas defendendo rigorosamente o cidadão trabalhador do nosso Estado", disse o governador Marconi Perillo durante solenidade de lançamento dos novos programas virtuais da Secretaria de Segurança Pública, para aumentar a interação da população com os organismos da segurança, na

manhã desta quarta-feira, 6, no auditório Mauro Borges do Palácio Pedro Ludovico.

Juntamente com o secretário de Segurança Pública, José Eliton, o governador salientou a importância das novas tecnologias que vão aprimorar o serviço de atendimento à população. "Os novos programas vão integrar todas as forças de segurança do Estado e tornar a gestão mais eficiente. Vão modernizar ainda mais a rede de segurança por meio de soluções tecnológicas", observou. Em

discurso, afirmou que, quando o projeto foi desenvolvido, o governo tinha certeza que estaria dando uma resposta "concreta" que o crime não terá trégua em Goiás.

Foram lançados o Registro de Atendimento Integrado (RAI), o aplicativo I9X, o software Mopi e o software Gisgestão. José Eliton anunciou a compra de 280 novas câmeras que farão o monitoramento das ruas de Goiânia. O programa Inova Goiás, atualmente gerido pelo secretário de Desenvolvimento, Thiago Peixoto, está

participando de algumas dessas iniciativas, como o I9X. Para Marconi investir em inteligência e tecnologia significa investir na redução da criminalidade: "O caminho para muitas soluções no Estado seria a integração das novidades tecnológicas que estão ao nosso dispor hoje no mundo. Investir na inovação significa investir na inteligência, na eficiência do nosso trabalho com vistas na prestação de serviços de qualidade ao usuário do serviço público".

O governador caracterizou a

importância de investir em novos profissionais e valorizar o serviço público com a autorização de concurso para o preenchimento de vagas na área da Segurança. "Tenho certeza que com mais essas três mil novas contratações aliadas a todas as tecnologias que estão sendo agregadas e às câmeras que estão sendo instaladas em Goiânia, nós conseguiremos reduzir ainda mais os índices de criminalidade e transformar Goiás em um dos Estados mais seguros do Brasil", assegurou.



HUMBERTO COSTA/GOV.GO

SENADOR NA MÍDIA

5 de 11 de abril/2016

O Repórter

5

GOIÁS

TRANSPORTE

Aumento de 11% no transporte afeta economia do Entorno

O senador Wilder Moraes criticou o aumento das passagens de ônibus para os moradores da região do Entorno do Distrito Federal. O parlamentar recebeu uma comissão de moradores que afirma não ter condições de arcar com o reajuste de 11,294%.

Wilder lembrou que as cidades da região metropolitana de Brasília fazem parte da Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (Ride) e que existe uma lei complementar federal que se compromete a combater as desigualdades regionais entre as cidades do Entorno e as demais do país. “Como é que se efetiva esta lei complementar se os moradores são obrigados a arcarem com um dos maiores reajustes de ônibus do país?”, questiona Wilder.

O parlamentar afirma que é absurdo o morador do Entorno se submeter a tamanha pressão econômica. Wilder disse para a reportagem que o aumento vai interferir na economia da região e gerar efeito negativo nas cidades. “É dinheiro que seria gasto no comércio local, no shopping das cidades do Entorno, nas ruas, enfim, em gente que é, de fato, morador do Entorno”.

Para questionar o reajuste, ele pretende formalizar junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Senado requerimento para que seja realizado estudo em que revele o aumento real que a população consegue suportar. “Teremos situações em que os moradores não podem sequer arcar com qualquer forma de aumento. É o inverso: tem é que reduzir. A realidade econômica da região do Entorno é complexa. Os moradores vivem ao redor de Brasília, onde o custo de vida é alto. E este custo tem chegado nas cidades vizinhas, que fornece mão de obra para a Capital Federal”.

O reajuste ocorreu há um mês e a população só agora começou a perceber o rombo que



Senador Wilder Moraes questiona ANTT por aumento de 11,294% no valor das passagens para municípios do Entorno do Distrito Federal. Para ele, economia local perde força com reajuste “absurdo”

provocará na economia familiar. “A resolução da agência publicada no Diário Oficial da União não causa impacto imediato. Ela vai minando as forças dos trabalhadores com o passar dos meses. Em uma situação de crise é profundamente injusto e cruel o Governo Federal aumentar o preço das passagens. Chega a ser absurdo”, indigna-se o senador.

Com o reajuste do Governo Federal, moradores de Águas Lindas, Novo Gama, Valparaíso, Luziânia, dentre outros municípios, foram duramente afetados. “Relataram que uma passagem de Águas Lindas para Brasília, por exemplo, pulou de R\$ 5,45 para R\$ 6,10. Veja que 0,75 centavos fazem muita diferença no final do mês. É leite a menos na mesa dos moradores. É o arroz

de maior qualidade que chegava na mesa e que agora não chegará mais”, diz Wilder Moraes.

Com o reajuste já em vigor, quem deseja ir de Luziânia para Brasília, por exemplo, precisa pagar R\$ 5,85. Antes a tarifa estava concentrada em R\$ 5,20. O aumento, de acordo com a ANTT, ocorreu devido à alta nos custos do serviço.

A agência diz que os cálculos incluem aumento de gastos com lubrificantes, peças, combustíveis, acessórios, veículos e despesa com motorista e administrativo.

D acordo com a ANTT, a tarifa é calculada conforme o Coeficiente Tarifário de R\$ 0,092557/pass.km.

DESIGUALDADE
Wilder não concorda com os valores e diz que o arrocho salarial é gritante e que o Governo Federal tem que cumprir sua função. “O artigo 3º da Constituição diz que constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Está bem claro na lei e para todo mundo ver: reduzir as desigualdades sociais e regionais. E a lei que institui a Ride nos oferece mecanismos para que sejam minimizadas estas diferenças. É absurdo em uma situação de caos econômico o Governo Federal apertar ainda mais para os moradores do Entorno do DF, que precisamos se locomover para Brasília e internamente em busca de sobrevivência”.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Wilder assina documento das ‘10 Medidas Contra a Corrupção’

O senador Wilder Moraes recebeu, nesta quarta-feira, em Brasília, representantes do grupo goiano *Coralinas - Mulheres Contra a Corrupção*. Estiveram com o senador Wanda, Miriam e Ursula, que pediram o apoio do senador à iniciativa do Ministério Público Federal *10 Medidas Contra a Corrupção*.

10 MEDIDAS CONTRA A CORRUPÇÃO

- 1) Prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação
- 2) Criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos
- 3) Aumento das penas e crime hediondo para corrupção de altos valores
- 4) Aumento da eficiência e da justiça dos recursos no processo penal
- 5) Celeridade nas ações de improbidade administrativa
- 6) Reforma no sistema de prescrição penal
- 7) Ajustes nas nulidades penais
- 8) Responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa
- 9) Prisão preventiva para evitar a dissipação do dinheiro desviado
- 10) Recuperação do lucro derivado do crime



RAFAELA FEIJÓ

NEWS

GOIÁS

GOIÁS

Flota Diversificada 160 Novos Dedicados Para até 9000tons

GOIÁS

GOIÁS

GOIÁS

HIGHLIGHTS

GLAMOUR

OIL & GAS

JORNAL MULTIMODAL

ANOTE

OPINIÃO

INTERNACIONAL

ESPECIAL

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

AGENDA

PUBLICIDADE

GOIÁS

GOIÁS

GOIÁS

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Balança Comercial: um saldo positivo, por Ana Raquel Mechin Prado

Banco agrícola dos EUA recorre ao Governo de São Paulo para investir na agricultura brasileira

TAP Cargo cresceu 2,7% no Brasil em 2015

Energia aumenta custo de produção e preocupa acionistas

Home | Oil & Gas | Pesquisa sobre uso de energia solar na irrigação pode ser incentivada

Postado em 5 de abril de 2016 | 12:08

Pesquisa sobre uso de energia solar na irrigação pode ser incentivada

Apoiar a pesquisa para o desenvolvimento de equipamentos de irrigação alimentados por energia solar é o objetivo do projeto aprovado nesta terça-feira (5) na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), A matéria segue para deliberação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O relator na CMA, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), considera importante estimular o uso da energia fotovoltaica, tendo em vista “a incidência perene de luz solar no Brasil”.

— O uso da energia solar para fins de irrigação permitirá desonerar a rede convencional de energia elétrica nos horários diurnos de elevação da demanda, o que constitui importante vantagem e ser resultado — conclui o relator.

O desenvolvimento de sistemas sustentáveis para a irrigação das lavouras está previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 268/2014, do ex-senador Fleury (DEM-GO), e no o PLS 382/2014, de Wilder Moraes (PP-GO), que tramitam em conjunto. Conforme Ronaldo Caiado, os projetos são idênticos e assim ele encaminhou voto pela aprovação do primeiro e pela prejudicialidade do segundo, que foi apresentado depois, como determina o Regimento Interno do Senado.

WILDER ENTRE OS 20 MAIS INFLUENTES NAS REDES SOCIAIS

Em monitoramento realizado pela *Eureka Comunicação* entre os dias 4 de abril e 4 de março deste ano, e publicado pelo *Jornal Opção*, o senador Wilder Moraes aparece em

16º Lugar entre os 20 políticos goianos mais influentes nas redes sociais. O quesito Influência leva em conta três fatores: Interações (curtidas, comentários, compartilha-

mentos, retweets), Alcance (número de seguidores e fãs divididos pelo número de interações durante o período analisado) e Engajamento (regularidade das postagens).

CICLOVIVO

#PorUmMundoMelhor

MEIO AMBIENTE

TECNOLOGIA

ARQ & DESIGN

DESENVOLVIMENTO

NEGÓCIOS

MOBILIDADE

CIDADANIA

VIDA SUSTENTÁVEL

INICIO

DESENVOLVIMENTO

PROJETO QUE ESTIMULA ENERGIA SOLAR NA IRRIGAÇÃO É APROVADO EM COMISSÃO DO SENADO

DESENVOLVIMENTO

Projeto que estimula energia solar na irrigação é aprovado em comissão do Senado

Projeto sugere incentivar a criação de mais equipamentos com tecnologia “verde”.

6 de Abril de 2016 • Atualizado às 12 : 29



JORNAL OPÇÃO

40 Anos

busque aqui...

Início

Edição da semana

Opção Diário

Editorial

Colunas

Bastidores

Entrevistas

Cul

/ Bastidores

Eureka Comunicação

Os 20 políticos goianos mais influentes das redes sociais

Edição 2126

16 — Wilder Moraes/Senador pelo PP



Influência = 10

Interações = 4

Alcance = 4

Engajamento = 2